

Zimbra

092449090531@tre-ba.jus.br


---

**DO PEDIDO DE IMPUGNAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 30/2022 - TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA**

---

**De :** Vangleissa - Grupo Inova BPO  
<vangleissa@inovatecnologia.com>

qui., 23 de jun. de 2022 16:24

 3 anexos

**Assunto :** DO PEDIDO DE IMPUGNAÇÃO - PREGÃO  
ELETRÔNICO Nº 30/2022 - TRIBUNAL REGIONAL  
ELEITORAL DA BAHIA

**Para :** selic@tre-ba.jus.br

**Cc :** comercial@inovatecnologia.com

**Favor confirmar o recebimento deste e-mail.**

Ilustríssimo sr. pregoeiro e equipe de apoio,

Boa tarde!

A INOVA TECNOLOGIA EM SERVIÇOS LTDA., pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 05.208.408/0001-77, sediada na Rua Capitão Antônio Joaquim da Paixão, nº 123, salas 101, Centro, Contagem, MG, CEP: 32041-230, vem respeitosamente, apresentar IMPUGNAÇÃO AO EDITAL pelos fatos e fundamentos a seguir articulados no documento em anexo.

Desde já agradeço a atenção e fico no aguardo de um retorno.

Atenciosamente,



**Vangleissa de Souza**

**Assistente Comercial**

(31) 3351-4651

[vangleissa@inovatecnologia.com](mailto:vangleissa@inovatecnologia.com)

[www.grupoinovabpo.com.br](http://www.grupoinovabpo.com.br)



**Impugnação Edital 30.2022 - TRE - BA.pdf**

3 MB

---

ILUSTRÍSSIMO SENHOR  
PREGOEIRO/CHEFE DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO  
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA – TRE/BA

**PEGÃO ELETRÔNICO Nº. 30/2022**

**INOVA TECNOLOGIA EM SERVIÇOS LTDA**, inscrita no CNPJ Nº. 05.208.408/0001-77, com sede estabelecida e localizada na Rua Capitão Antônio Joaquim da Paixão, Nº. 123, Sala 102, Bairro Centro no Município de Contagem/MG, CEP: 32.041-230, representada por seu sócio diretor o Senhor MAYCON ROGER PEREIRA, brasileiro, divorciado, administrador, portador da Carteira de Identidade Nº. 7903100 SSP/MG e do CPF Nº. 046.300.976-27, vem, tempestivamente, conforme permitido no **art. 24, §1º, §2º e §3º da Lei Nº 10.024/19**, e na **Lei Nº. 10.520/2002**, em tempo hábil, à presença de Vossa Senhoria, a fim de **IMPUGNAR OS TERMOS DO EDITAL** em referência, que adiante especifica o que faz na conformidade seguinte:

**I – DA TEMPESTIVIDADE.**

A presente Impugnação é plenamente tempestiva, uma vez, conforme o art. 24, §1º da Lei Nº. 10/024/19, o prazo para Impugnar os Termos do Edital do Pregão é de 03 (três) dias úteis anteriores à data fixada para a abertura da Sessão Pública.

Assim, considerando que a abertura da Sessão Pública foi agendada para o dia 29/06/2022 (quarta-feira), tem-se que o prazo legal para apresentação da presente Impugnação estender-se-á até o dia 24/06/2022 (sexta-feira), razão pela qual é plenamente tempestiva, devendo ser conhecida e, no mérito, acolhida, pelas razões que abaixo se expõe.

**II – DA DEVIDA APLICAÇÃO DA LEI VIGENTE – LEI Nº. 14.133/2021**

Cediço que se iniciou em nosso ordenamento jurídico desde 01/04/2021 a Lei Nº. 14.133/2021 Lei de Licitações e Contratos Administrativos, tendo o referido diploma revogado expressamente os seguintes artigos da lei 8.666/93, **vejamos**:

*Art. 193. Revogam-se:*

*I - os arts. 89 a 108 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, na data de publicação desta Lei;*

*II - a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, a Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, e os arts. 1º a 47-A da Lei nº 12.462, de 4 de agosto de 2011, após decorridos 2 (dois) anos da publicação oficial desta Lei.*

9

Considerando que o Edital em referência foi publicado em 10/06/2022, portanto, na vigência da Lei N°. 14.133/2021, temos que, devem ser considerados para todos os fins, no que couber, a aplicação das disposições da Lei N°. 8.666/93, bem como, a aplicação da Lei N°. 14.133/2021, naquilo que for inerente à matéria ora impugnada e que for pertinente.

### III– DOS FATOS.

A sociedade empresária, ora **IMPUGNANTE**, tem interesse em participar da licitação na modalidade Pregão Eletrônico para Contratação de empresa especializada na prestação de serviços terceirizados de apoio administrativo e operacional à realização das Eleições 2022, mediante alocação e gestão de postos de trabalho, abrangendo os postos de Supervisor e Auxiliar Administrativo e Operacional, com atuação no âmbito do Tribunal Regional Eleitoral da Bahia, especificamente nos Cartórios Eleitorais, locais de armazenamento de urnas eletrônicas e locais de votação, conforme as especificações e condições estabelecidas no Anexo I do Edital – Termo de Referência.

Ao verificar as condições para **HABILITAÇÃO**, constatou-se que o Edital previu o seguinte ponto fundamental em sua Cláusula 12.1.7, alínea “a”:

#### 12.1.7. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

*a) Atestado(s) e/ou declaração(ões) de capacidade técnica, expedido(s) por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado, em nome da licitante, que comprove(m) aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características e quantidades com o objeto desta licitação, assim entendida a que demonstra que a licitante gerencia ou gerenciou serviços terceirizados, com, no mínimo, 10% (dez por cento) do número de empregados que serão necessários para suprir os postos contratados em decorrência desta licitação;*


### IV – DA IMPUGNAÇÃO AO ITEM 12.1.7. ALÍNEA “A” DO EDITAL

A exigência de apresentação de Atestados para fins de qualificação técnica em licitação, prevista no art. 30, §1º da Lei N°. 8.666/93, tem como finalidade verificar se o licitante possui condições técnicas necessárias e suficientes para, em se consagrando vencedor do certame, cumpra o objeto de forma satisfatória.

Neste diapasão vejamos o que dispõe o inciso II do referido artigo:

Art. 30, II - **Comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação**, e indicação das instalações e do aparelhamento e do pessoal técnico adequados e disponíveis para a realização do objeto da licitação, bem como da qualificação de cada um dos membros da equipe técnica que se responsabilizará pelos trabalhos;

*Destaque nossos*





Diante do que se observa o **ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA** revela a experiência anterior do licitante na execução de objetos similares ao licitado, em características, quantidades e prazos. A lógica que baseia-se a qualificação técnica, envolve uma presunção de capacidade. Segundo as diretrizes legais, se reconhece que o sujeito que comprovar já ter realizado um objeto equivalente ao licitado será presumido “apto” para desenvolver o objeto da licitação, razão pela qual haverá de ser habilitado.

No mesmo sentido, além das legislações acima mencionadas, o Edital ainda prevê expressamente a aplicação da **Instrução Normativa N°. 5 de 26/05/2017**, que dispõe sobre as regras e diretrizes do procedimento de contratação de serviços sob o regime de execução indireta no âmbito da Administração Pública Federal Direta, Autárquica e Fundacional.

A mencionada Instrução Normativa N°. 5 de 26/05/2017 determina claramente em seu art. 10.6, alínea c, c.1, os seguintes parâmetros:

*10.6. Na contratação de serviço continuado, para efeito de qualificação técnico-operacional, a Administração poderá exigir do licitante:*

*(...)*

*c) no caso de contratação de **serviços por postos de trabalho**:*

*c.1. quando o número de postos de trabalho a ser contratado for **superior a 40 (quarenta) postos**, o licitante **deverá** comprovar que tenha executado contrato(s) com um **mínimo de 50% (cinquenta por cento)** do número de postos de trabalho a serem contratados;*

*Destaque nossos*

Conforme o Anexo I – A do Edital em questão, a estimativa é que sejam disponibilizados pela empresa licitante vencedora, no período de 15/08/2022 a 06/10/2022, um total de 1.455 (mil e quatrocentos e cinquenta e cinco) colaboradores, a serem distribuídos no quantitativo referente a posto de trabalho:

## 2) ESTIMATIVA DE PROFISSIONAIS

SUPERVISOR	AUXILIAR ADMINISTRATIVO E OPERACIONAL	AUXILIAR ADMINISTRATIVO E OPERACIONAL – AAOP-TTR	AUXILIAR ADMINISTRATIVO E OPERACIONAL – AAOP-SAT
24	1.245	180	6

Diante deste quantitativo, que supera em muito o limítrofe de 40 (quarenta) postos previstos no art. 10.6, alínea "c.1" da Instrução Normativa N°. 5 de 26/05/2017, tem-se por necessário a comprovação de que a empresa licitante já tenha executado Contrato(s) com o percentual mínimo de 50% (cinquenta por cento) do número de postos de trabalho a serem contratados pelo Edital publicado, o que, por consequência, aduz a existência anterior de Contratos cujo objeto foi, no mínimo, a contratação cujo numerário mínimo fosse de 728 (setecentos e vinte e oito) postos.

Ocorre que, a Cláusula 12.1.7, "a" do Edital em questão consta a exigência de que os interessados em participar da licitação devem apresentar seus Atestados de Capacidade Técnica atendendo ao percentual mínimo de 10% (dez por cento), e não 50% (cinquenta por cento) como EXIGIDO pela Instrução Normativa N°. 5 de 26/05/2017:

**12.1.7. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA**

*a) Atestado(s) e/ou declaração(ões) de capacidade técnica, expedido(s) por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado, em nome da licitante, que comprove(m) aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características e quantidades com o objeto desta licitação, assim entendida a que demonstra que a licitante gerencia ou gerenciou serviços terceirizados, com, no mínimo, **10% (dez por cento)** do número de empregados que serão necessários para suprir os postos contratados em decorrência desta licitação;*

*Destaque nossos*

Diante da referida situação, o PRESENTE EDITAL, *data vênia*, ao exigir um percentual inferior ao determinado pela Instrução Normativa N°. 5 de 26/05/2017, a que o próprio Edital se subordina, caracteriza-se uma **VIOLAÇÃO ÀS NORMAS REGULAMENTADORAS** que regem os procedimentos de contratação de serviços sob o regime de execução indireto no âmbito da Administração Pública, e mais, atingem flagrantemente os Princípios Constitucionais da Legalidade, pois desobedece a ordenamento legal cujo acatamento é obrigatório.

Neste diapasão, o Edital não pode conduzir a atos que acabem por malferir a própria finalidade do procedimento licitatório, **FERINDO A NORMA REGULAMENTADORA** a que ele próprio se submete, e mais, abrangendo um número exacerbado de concorrentes de forma a alcançar empresas que não podem comprovar a capacidade técnica legalmente exigida (50%) para suprir a demanda do Contrato, o que, eventualmente, prejudicará a própria Administração Pública, que estará se submetendo ao risco de uma quebra contratual pela insuficiência da empresa contratada.

Salienta-se que, a própria Constituição da República assevera no inciso XXI de seu art. 37 que devem ser atendidas as exigências indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações, desta forma, não restam dúvidas que os agentes públicos deverão atuar ao examinar os atestados com esteio nos princípios da razoabilidade, proporcionalidade, segurança jurídica e da **LEGALIDADE**.



Portanto, com tais fundamentos **IPUGNA-SE** o referendado edital e Termo de Referência (item 12.1.7., "A") no que tange a condição de apresentação de **ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA QUE DEMONSTRA QUE A LICITANTE GERENCIA OU GERENCIOU SERVIÇOS TERCEIRIZADOS, COM, NO MÍNIMO, 10% (DEZ POR CENTO) DO NÚMERO DE EMPREGADOS QUE SERÃO NECESSÁRIOS PARA SUPRIR OS POSTOS CONTRATADOS EM DECORRÊNCIA DESTA LICITAÇÃO**, pois, a referida exigência fere diretamente o art. 10.6, alínea "c.1" da Instrução Normativa N°. 5 de 26/05/2017, cujas previsões consubstanciam e regem o Edital em questão, o que caracteriza flagrante ofensa ao Princípio da Legalidade, bem como a imposição de risco desarrazoado à Administração Pública, que poderá contratar com empresas licitantes insuficientes em atender o objeto do respectivo Pregão Eletrônico.

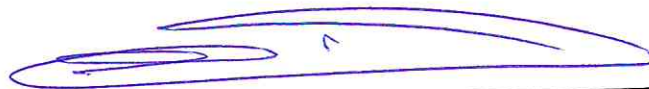
#### V – DOS PEDIDOS.

Diante do que é exposto, requer:

- a) Requer aos fundamentos das disposições contidas no art. 24, §1º, §2º e §3º da Lei Nº 10.024/19, e na Lei Nº. 10.520/2002, bem como, aos fundamentos dos princípios da legalidade e da segurança jurídica, seja **RETIFICADO** o presente Edital e seu Termo de Referência (item 12.1.7., "A"), para que a porcentagem mínima de 10% (dez por cento) constante no mencionado item possa ser alterada, **passando-se a constar o percentual mínimo de 50%, em conformidade com o art. 10.6, alínea "c.1" da Instrução Normativa N°. 5 de 26/05/2017.**
- b) Requer ainda seja determinada a republicação do Edital, inserindo as alterações aqui pleiteadas, reabrindo-se o prazo inicialmente previsto, conforme o art. 24, §3º da Lei Nº. 10.024/19.

Nestes Termos  
Pede e espera Deferimento.

Contagem/MG, 23 de junho de 2022.



INOVA TECNOLOGIA EM SERVIÇOS LTDA  
CNPJ: 05.208.408/0001-77  
ELIZABETH DA CONCEIÇÃO SILVA  
PROCURADORA LEGAL

05.208.408/0001-77  
INOVA TECNOLOGIA EM SERVIÇOS LTDA  
RUA CÁPITÃO ANTÔNIO JOAQUIM DA PAIXÃO  
Nº 123 / SALAS 101 a 110  
B. CENTRO - CEP: 32041-230  
CONTAGEM - MG





# JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Registro Digital

## Capa de Processo

Identificação do Processo		
Número do Protocolo	Número do Processo Módulo Integrador	Data
19/525.768-5	MGP1900828991	25/11/2019

Identificação do(s) Assinante(s)	
CPF	Nome
046.300.976-27	MAYCON ROGER PEREIRA

Junta Comercial do Estado de Minas Gerais





## ATO DE TRANSFORMAÇÃO DO REGISTRO DE EMPRESA INDIVIDUAL DE RESPONSABILIDADE LIMITADA EM SOCIEDADE LIMITADA

### INOVA TECNOLOGIA EM SERVIÇOS EIRELI

Pelo presente instrumento, **MAYCON ROGER PEREIRA**, nacionalidade brasileira, empresário, divorciado, data de nascimento 20/01/1981, portador do CPF 046.300.976-27 da carteira de identidade MG-7.903.100 expedida pela PC/MG, residente e domiciliado na Rua Francisco Miguel, número 75, bairro Centro, município de Contagem/Minas Gerais, CEP: 32.041-250, titular da empresa **INOVA TECNOLOGIA EM SERVIÇOS EIRELI**, com sede à Rua Capitão Antônio Joaquim da Paixão, número 123, lojas 101 a 110, Bairro Centro, no município de Contagem/Minas Gerais, CEP: 32.041-230, inscrita no CNPJ sob número 05.208.408/0001-77 registrada na JUCEMG - Junta Comercial do Estado de Minas Gerais, sob NIRE número 31600741155 em 17/04/2019, fazendo uso do que permite o artigo 968, parágrafo 3º, da Lei 10.406/2002, com a redação alterada pelo artigo 10 da Lei Complementar 128/2008, ora transforma seu registro de EIRELI para SOCIEDADE EMPRESÁRIA de tipo jurídico Limitada, uma vez que admitiu a sócia **INOVA PARTICIPAÇÕES E EMPREENDIMENTOS LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ nº 35.060.257/0001-13, registrada na Junta Comercial do Estado de Minas Gerais – JUCEMG sob o NIRE nº 31211476884, com sede à Rua Capitão Antônio Joaquim da Paixão, número 123, sala 101, Bairro Centro, no município de Contagem/Minas Gerais, CEP: 32.041-230, neste ato representada pelos sócios **MAYCON ROGER PEREIRA**, nacionalidade brasileira, empresário, divorciado, data de nascimento 20/01/1981, portador do CPF 046.300.976-27 da carteira de identidade MG-7.903.100 expedida pela PC/MG, residente e domiciliado na Rua Francisco Miguel, número 75, bairro Centro, município de Contagem/Minas Gerais, CEP: 32.041-250 e **MELISSA TAYARA PEREIRA NIGRI**, nacionalidade brasileira, empresária, casada sob regime de comunhão parcial de bens, data de nascimento 06/07/1979, portadora do CPF 055.524.676-04 e documento de identidade MG-9.320.959, expedido pela PC/MG, residente e domiciliada na Rua Titânio, número 280, bloco 13, apartamento 201, bairro Camargos, no município de Belo Horizonte/Minas Gerais, CEP: 30.520-150, passando a se constituir sob o tipo jurídico SOCIEDADE LIMITADA, a qual se regerá, doravante, pelo presente contrato social ao qual se obrigam mutuamente todos os sócios:

**Cláusula Primeira** - Fica transformada em SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA, sob a denominação **INOVA TECNOLOGIA EM SERVIÇOS LTDA**, com sub-rogação de todos os direitos e obrigações pertinentes.

**Cláusula Segunda** – Com a presente transformação o objetivo da sociedade limitada passar a ser:

[www.2mgrupo.com.br](http://www.2mgrupo.com.br) // [contato@2mgrupo.com.br](mailto:contato@2mgrupo.com.br)

Rua Edmir Leão nº 90 - Centro - Contagem - MG - CEP: 32.041-280 | Tel. +55 31 3029-5200



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico registro sob o nº 31211543077 em 09/12/2019 da Empresa INOVA TECNOLOGIA EM SERVICOS LTDA, Nire 31211543077 e protocolo 195257685 - 26/11/2019. Autenticação: BF3ED3CF1C8A4BC20B1105A98CAC3258CC5862. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucemg.mg.gov.br> e informe nº do protocolo 19/525.768-5 e o código de segurança Ekyv Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 09/12/2019 por Marinely de Paula Bomfim Secretária-Geral.

  
MARINELY DE PAULA BOMFIM  
SECRETARIA GERAL

pág. 3/12



## **SERVIÇOS RELACIONADOS À TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO T.I.C**

Compreende a prestação de serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação. Consultoria. Análise, desenvolvimento e manutenção de sistemas, em regime de fábrica de software e ou mediante alocação de recursos humanos. Desenvolvimento de programas de computador sob encomenda. Desenvolvimento e licenciamento de programas de computador customizáveis. Desenvolvimento e licenciamento de programas de computador não customizáveis. Suporte técnico, manutenção e outros serviços em tecnologia da informação. Manutenção, reparação e instalação de máquinas de escritório, de informática e de comunicação. Aluguel de máquinas e equipamentos de escritório e de informática. Serviços de Help Desk, Service Desk, Call Center, Tele atendimento e Central de atendimento a usuários de TI. Serviços de gerenciamento eletrônico de documentos. Serviços de preparação, digitação, digitalização e arquivamento de documentos. Serviço de tratamento de dados e documentos. Serviços de fotocópias e serviços relacionados a Tecnologia da Informação e Comunicação prestados a empresas, além de comércio varejista de softwares, equipamentos e suprimentos de informática. Outras atividades de prestação de serviços de informação.

## **SERVIÇOS RELACIONADOS A FORNECIMENTO E GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS**

Compreende a prestação de serviços de Fornecimento e Gestão de Recursos Humanos. Serviços especializados para construção e de outras obras de acabamento para construção. Serviços de recrutamento, seleção, agenciamento e locação de mão de obra temporária e efetiva. Serviços combinados para apoio a edifícios. Serviços de limpeza em prédios e em domicílios. Outras atividades de limpeza. Serviços de manutenção predial. Serviços combinados de apoio administrativo. Serviços de fornecimento de mão de obra para portaria, motorista, recepcionista, telefonista, ascensorista, mensageiro, contínuo, auxiliar administrativo, auxiliar de serviços gerais, dentre outros. Serviços relacionados a imunização e controle de pragas urbanas e serviços relacionados a Fornecimento e Gestão de Recursos Humanos prestados a empresas.

## **SERVIÇOS RELACIONADOS A CONSULTORIA EMPRESARIAL**

Compreende a prestação de serviços de Consultoria Empresarial. Desenvolvimento organizacional e humano. Treinamentos. Recrutamento, Seleção e Captação de Pessoal. Serviços de avaliações e laudos. Mapeamento e padronização de processos, plano de carreira, remuneração e campanhas motivacionais. Serviços de avaliação de desempenho. Serviços de orientação e preparação para carreiras Coaching. Serviços de Levantamento de necessidades, diagnóstico e clima nas organizações e serviços relacionados a consultoria empresarial prestados a empresas.

## **SERVIÇOS RELACIONADOS A TRANSPORTES E LOGÍSTICA**

Compreende a prestação de serviços de Transportes e Logística. Gestão de frota de veículos. Condução de Veículos. Transporte de passageiros e documentos. Locação de automóveis com motoristas. Locação de automóveis sem motoristas. Locação de ambulâncias. Locação de veículos adaptados. Serviços de entrega rápida e serviços relacionados a Transportes e Logística prestados a empresas. Escritório de contatos serviço prestado em local de terceiros.

**[www.2mgrupo.com.br](http://www.2mgrupo.com.br) // [contato@2mgrupo.com.br](mailto:contato@2mgrupo.com.br)**

Rua Edmir leão nº 90 - Centro - Contagem - MG - CEP: 32.041-280 | Tel. +55 31 3029-5200





2M CONTABILIDADE

**Cláusula Terceira** - Com a presente alteração o endereço passa a ser na Rua Capitão Antônio Joaquim da Paixão, número 123, sala 102, Bairro Centro, no município de Contagem/Minas Gerais, CEP: 32.041-230;

**Cláusula Quarta** – Com a presente alteração, o sócio **MAYCON ROGER PEREIRA**, acima qualificado, cede e transfere 1.980.000 (UM MILHÃO NOVECENTAS E OITENTA MIL quotas) para a sócia ora ingressante **INOVA PARTICIPAÇÕES E EMPREENDIMENTOS LTDA**, também acima qualificada.

**Cláusula Quinta** – Para tanto, passa a transcrever, na íntegra, o ato constitutivo da referida SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA, com o teor a seguir:

## **ATO CONSTITUTIVO DE SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA**

### **INOVA TECNOLOGIA EM SERVIÇOS LTDA**

1. **MAYCON ROGER PEREIRA**, nacionalidade brasileira, empresário, divorciado, data de nascimento 20/01/1981, portador do CPF 046.300.976-27 da carteira de identidade MG-7.903.100 expedida pela PC/MG, residente e domiciliado na Rua Francisco Miguel, número 75, bairro Centro, município de Contagem/Minas Gerais, CEP: 32.041-250, e;
2. **INOVA PARTICIPAÇÕES E EMPREENDIMENTOS LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ nº 35.060.257/0001-13, registrada na Junta Comercial do Estado de Minas Gerais – JUCEMG sob o NIRE nº 31211476884 em 02/10/2019, com sede à Rua Capitão Antônio Joaquim da Paixão, número 123, sala 101, Bairro Centro, no município de Contagem/Minas Gerais, CEP: 32.041-230, neste ato representada pelos sócios **MAYCON ROGER PEREIRA**, nacionalidade brasileira, empresário, divorciado, data de nascimento 20/01/1981, portador do CPF 046.300.976-27 da carteira de identidade MG-7.903.100 expedida pela PC/MG, residente e domiciliado na Rua Francisco Miguel, número 75, bairro Centro, município de Contagem/Minas Gerais, CEP: 32.041-250 e **MELISSA TAYARA PEREIRA NIGRI**, nacionalidade brasileira, empresária, casada sob regime de comunhão parcial de bens, data de nascimento 06/07/1979, portadora do CPF 055.524.676-04 e documento de identidade MG-9.320.959, expedido pela PC/MG, residente e domiciliada na Rua Titânio, número 280, bloco 13, apartamento 201, bairro Camargos, no município de Belo Horizonte/Minas Gerais, CEP: 30.520-150;

Resolvem constituir uma Sociedade Empresária Limitada, a qual será regida pelas cláusulas e condições seguintes:

**Cláusula Primeira** - A empresa adotará o nome empresarial de **INOVA TECNOLOGIA EM SERVIÇOS LTDA**.

**Cláusula Segunda** – O objetivo social da empresa é:

[www.2mgrupo.com.br](http://www.2mgrupo.com.br) // [contato@2mgrupo.com.br](mailto:contato@2mgrupo.com.br)

Rua Edmir Leão nº 90 - Centro - Contagem - MG - CEP: 32.041-280 | Tel. +55 31 3029-5200



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico registro sob o nº 31211543077 em 09/12/2019 da Empresa INOVA TECNOLOGIA EM SERVICOS LTDA, Nire 31211543077 e protocolo 195257685 - 26/11/2019. Autenticação: BF3ED3CF1C8A4BC20B1105A98CAC3258CC5862. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucemg.mg.gov.br> e informe nº do protocolo 19/525.768-5 e o código de segurança Ekyv Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 09/12/2019 por Marinely de Paula Bomfim Secretária-Geral.

  
MARINELY DE PAULA BOMFIM  
SECRETÁRIA-GERAL

pág. 5/12





## **SERVIÇOS RELACIONADOS À TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO T.I.C**

Compreende a prestação de serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação. Consultoria. Análise, desenvolvimento e manutenção de sistemas, em regime de fábrica de software e ou mediante alocação de recursos humanos. Desenvolvimento de programas de computador sob encomenda. Desenvolvimento e licenciamento de programas de computador customizáveis. Desenvolvimento e licenciamento de programas de computador não customizáveis. Suporte técnico, manutenção e outros serviços em tecnologia da informação. Manutenção, reparação e instalação de máquinas de escritório, de informática e de comunicação. Aluguel de máquinas e equipamentos de escritório e de informática. Serviços de Help Desk, Service Desk, Call Center, Tele atendimento e Central de atendimento a usuários de TI. Serviços de gerenciamento eletrônico de documentos. Serviços de preparação, digitação, digitalização e arquivamento de documentos. Serviço de tratamento de dados e documentos. Serviços de fotocópias e serviços relacionados a Tecnologia da Informação e Comunicação prestados a empresas, além de comércio varejista de softwares, equipamentos e suprimentos de informática. Outras atividades de prestação de serviços de informação.

## **SERVIÇOS RELACIONADOS A FORNECIMENTO E GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS**

Compreende a prestação de serviços de Fornecimento e Gestão de Recursos Humanos. Serviços especializados para construção e de outras obras de acabamento para construção. Serviços de recrutamento, seleção, agenciamento e locação de mão de obra temporária e efetiva. Serviços combinados para apoio a edifícios. Serviços de limpeza em prédios e em domicílios. Outras atividades de limpeza. Serviços de manutenção predial. Serviços combinados de apoio administrativo. Serviços de fornecimento de mão de obra para portaria, motorista, recepcionista, telefonista, ascensorista, mensageiro, contínuo, auxiliar administrativo, auxiliar de serviços gerais, dentre outros. Serviços relacionados a imunização e controle de pragas urbanas e serviços relacionados a Fornecimento e Gestão de Recursos Humanos prestados a empresas.

## **SERVIÇOS RELACIONADOS A CONSULTORIA EMPRESARIAL**

Compreende a prestação de serviços de Consultoria Empresarial. Desenvolvimento organizacional e humano. Treinamentos. Recrutamento, Seleção e Captação de Pessoal. Serviços de avaliações e laudos. Mapeamento e padronização de processos, plano de carreira, remuneração e campanhas motivacionais. Serviços de avaliação de desempenho. Serviços de orientação e preparação para carreiras Coaching. Serviços de Levantamento de necessidades, diagnóstico e clima nas organizações e serviços relacionados a consultoria empresarial prestados a empresas.

## **SERVIÇOS RELACIONADOS A TRANSPORTES E LOGÍSTICA**

Compreende a prestação de serviços de Transportes e Logística. Gestão de frota de veículos. Condução de Veículos. Transporte de passageiros e documentos. Locação de automóveis com motoristas. Locação de automóveis sem motoristas. Locação de ambulâncias. Locação de veículos adaptados. Serviços de entrega rápida e serviços relacionados a Transportes e Logística prestados a empresas. Escritório de contatos serviço prestado em local de terceiros.

**Cláusula Terceira** - A sede da empresa é Rua Capitão Antônio Joaquim da Paixão, número 123, loja 102, Bairro Centro, no município de Contagem/Minas Gerais, CEP: 32.041-230.

**[www.2mgrupo.com.br](http://www.2mgrupo.com.br) // [contato@2mgrupo.com.br](mailto:contato@2mgrupo.com.br)**

Rua Edmir leão nº 90 - Centro - Contagem - MG - CEP: 32.041-280 | Tel. +55 31 3029-5200





2M CONTABILIDADE

**Cláusula Quarta** - A empresa iniciou suas atividades em 05/08/2002, sendo o seu prazo de duração por tempo indeterminado.

**Cláusula Quinta** - O capital social expresso em moeda corrente do país e totalmente integralizado é de **R\$ 2.000.000,00** (DOIS MILHOES DE reais), sendo dividido em **2.000.000** (DOIS MILHOES de quotas) no valor de R\$ 1,00 (UM real) cada uma, e na seguinte forma distribuído:

Nome	Nº de Quotas	Percentual %	Valor R\$
MAYCON ROGER PEREIRA	20.000	1	20.000,00
INOVA PARTICIPAÇÕES E EMPREENDIMENTOS LTDA	1.980.000	99	1.980.000,00
<b>Total</b>	<b>2.000.000</b>	<b>100</b>	<b>2.000.000,00</b>

**Cláusula Sexta** - As quotas são indivisíveis e não poderão ser cedidas ou transferidas a terceiros sem o consentimento dos outros sócios, a quem fica assegurado, em igualdade de condições e preço direito de preferência para a sua aquisição se postas à venda, formalizando, se realizada a cessão, a alteração contratual pertinente.

**Cláusula Sétima** - A responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor de suas quotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do capital social.

**Parágrafo único** - Os sócios poderão definir, em comum acordo, a distribuição desproporcional dos lucros e perdas, conforme autorizado pelo art. 1.007 do Código Civil Brasileiro, mediante Reunião de Sócios convocada com esta finalidade.

**Cláusula Oitava** - A administração social é exercida pelo sócio **MAYCON ROGER PEREIRA**, que fará uso da denominação social, em todos os atos que criem obrigações e direitos para com a sociedade, podendo para tanto emitir cheques, promissórias, letras de câmbio, aceitar duplicatas, movimentar conta bancária, endossar qualquer documento público ou particular, enfim, praticar todos os atos que são permitidos na administração da sociedade, desde que contenham em seu objeto, sendo vedado a qualquer sócio o uso da denominação social para benefício próprio ou para conceder aval ou fiança.

**Cláusula Nona** - Os sócios poderão fixar uma retirada mensal, a título de “pró-labore”, observadas as disposições regulamentares pertinentes.

**Parágrafo único** - O sócio **MAYCON ROGER PEREIRA** terá direito a uma retirada mensal a título de pró-labore, a ser fixada anualmente pelo consenso unânime dos sócios, dentro dos limites estabelecidos pela legislação do imposto de renda.

**Cláusula Décima** - Ao término de cada exercício social, em 31 de dezembro, o administrador prestará contas justificadas de sua administração, procedendo à elaboração do inventário, do balanço patrimonial e do balanço de resultado econômico, na proporção de suas quotas, os lucros ou perdas apuradas.

**Cláusula Décima Primeira** - Falecendo ou sendo interditado qualquer sócio, a sociedade continuará suas atividades com os herdeiros, sucessores e o incapaz. Não sendo possível ou inexistindo interesse destes ou dos sócios remanescentes, o valor de seus haveres será apurado e liquidado com base na situação patrimonial da sociedade, à data da resolução, verificada em balanço especialmente levantado.

**[www.2mgrupo.com.br](http://www.2mgrupo.com.br) // [contato@2mgrupo.com.br](mailto:contato@2mgrupo.com.br)**

Rua Edmir Leão nº 90 - Centro - Contagem - MG - CEP: 32.041-280 | Tel. +55 31 3029-5200



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico registro sob o nº 31211543077 em 09/12/2019 da Empresa INOVA TECNOLOGIA EM SERVICOS LTDA, Nire 31211543077 e protocolo 195257685 - 26/11/2019. Autenticação: BF3ED3CF1C8A4BC20B1105A98CAC3258CC5862. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucemg.mg.gov.br> e informe nº do protocolo 19/525.768-5 e o código de segurança Ekyv Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 09/12/2019 por Marinely de Paula Bomfim Secretária-Geral.

MARINELY DE PAULA BOMFIM  
SECRETARIA GERAL

pág. 7/12



2M CONTABILIDADE

**Parágrafo Único:** O mesmo procedimento será adotado em outros casos em que a sociedade se resolva em relação a seu sócio

**Cláusula Décima Segunda** - Os sócios não poderão ceder ou alienar por quaisquer títulos sua respectiva quota a terceiros sem o prévio consentimento dos demais sócios, ficando assegurada a estes a preferência na aquisição, em igualdade de condições, e na proporção das quotas que possuírem, observado o seguinte:

**I** - Os sócios deverão ser comunicados por escrito para se manifestarem a respeito da preferência no prazo de 30 (trinta) dias;

**II** - Findo o prazo para o exercício da preferência, sem que os sócios se manifestem ou havendo sobras, poderão, as quotas ser cedidas ou alienadas a terceiros.

**Cláusula Décima Terceira** - Os sócios que representam, no mínimo, a  $\frac{3}{4}$  (três quartos) do capital social poderão promover a alteração do contrato social, independentemente do consentimento expresso ou tácito, por parte dos demais sócios, especialmente no que tange à exclusão de sócio que passe a colocar em risco a continuidade da empresa, em virtude de atos de inegável gravidade.

**Parágrafo primeiro** – O sócio que, por divergir de alteração contratual deliberada pela maioria, desejar retirar-se da sociedade, deverá notificar os demais, por escrito, com antecedência do prazo mínimo de 60 (sessenta) dias, findo o qual o silêncio será tido como desinteresse.

**Parágrafo segundo** – Caso os demais sócios decidam adquirir as quotas do sócio retirante, os haveres deste serão pagos, após o levantamento do balanço geral da sociedade, em 12 (doze) prestações mensais, iguais e sucessivas, vencendo-se a primeira no prazo de 45 (quarenta e cinco) dias, contados da data da retirada do sócio.

**Parágrafo terceiro** – A exclusão de sócio somente poderá ser determinada em reunião especialmente convocada para esse fim, estando o sócio excluído ciente em tempo hábil para permitir o seu comparecimento e o exercício do seu direito de defesa.

**Cláusula Décima Quarta** - As deliberações relativas à aprovação das contas dos administradores, aumento/redução do capital, designação, distribuição de lucros, alteração contratual e fusão, cisão e incorporação, e outros assuntos relevantes para a sociedade, serão definidas na reunião de sócios.

**Parágrafo primeiro** – A reunião dos sócios será realizada em qualquer época, mediante convocação, pelos administradores ou pelos sócios, quando os administradores retardarem a convocação por mais de 60 (sessenta) dias.

**Parágrafo segundo** – As deliberações aprovadas por  $\frac{3}{4}$  do capital social, salvo nos casos em que a legislação exigir maior “*quorum*”.

**Parágrafo terceiro** – Fica dispensada a formalidade da convocação, quando todos os sócios comparecerem ou se declararem, por escrito, cientes do local, data, hora e ordem do dia, nos termos do Parágrafo 2º, Artigo 1.072, da Lei nº 10.406, de 2002.

[www.2mgrupo.com.br](http://www.2mgrupo.com.br) // [contato@2mgrupo.com.br](mailto:contato@2mgrupo.com.br)

Rua Edmir Leão nº 90 - Centro - Contagem - MG - CEP: 32.041-280 | Tel. +55 31 3029-5200



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico registro sob o nº 31211543077 em 09/12/2019 da Empresa INOVA TECNOLOGIA EM SERVICOS LTDA, Nire 31211543077 e protocolo 195257685 - 26/11/2019. Autenticação: BF3ED3CF1C8A4BC20B1105A98CAC3258CC5862. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucemg.mg.gov.br> e informe nº do protocolo 19/525.768-5 e o código de segurança Ekyv Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 09/12/2019 por Marinely de Paula Bomfim Secretária-Geral.

MARINELY DE PAULA BOMFIM  
SECRETÁRIA-GERAL

pág. 8/12





2M CONTABILIDADE

**Parágrafo quarto** – Se todos os sócios se decidirem, por escrito, sobre a matéria objeto da reunião, fica dispensada a sua realização, nos termos do Parágrafo 3º, Artigo 1.072, da Lei nº 10.406, de 2002

**Cláusula Décima Quinta** - Os sócios serão obrigados à reposição dos lucros e das quantias retiradas, a quaisquer títulos ainda que autorizados pelo contrato, quando tais lucros ou quantia se distribuírem com prejuízo do capital.

**Cláusula Décima Sexta** - Nos casos omissos das cláusulas deste contrato social e do capítulo das Sociedades Limitadas no Código Civil Brasileiro - Art. 1.052 a 1.087 - aplicar-se-á, supletivamente e no que couber, a Lei das Sociedades Anônimas (Lei 6.404/76 e suas futuras modificações).

**Cláusula Décima Sétima** - O(s) Administrador (es) declara(m), sob as penas da lei, de que não está(ão) impedidos de exercer a administração da sociedade, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrar(em) sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública, ou a propriedade.

**Cláusula Décima Oitava** - Fica eleito o foro de CONTAGEM para o exercício e o cumprimento dos direitos e obrigações resultantes deste contrato.

Assinam de forma digital

---

**MAYCON ROGER PEREIRA**  
Sócio Administrador

---

**INOVA PARTICIPAÇÕES E EMPREENDIMENTOS LTDA**  
MAYCON ROGER PEREIRA  
Sócio Administrador

---

**INOVA PARTICIPAÇÕES E EMPREENDIMENTOS LTDA**  
MELISSA TAYARA PEREIRA NIGRI  
Sócia

---

**GUILHERME KATSUHIKO MOTAI**  
Advogado  
OAB MG 153.806

**[www.2mgrupo.com.br](http://www.2mgrupo.com.br) // [contato@2mgrupo.com.br](mailto:contato@2mgrupo.com.br)**

Rua Edmir Leão nº 90 - Centro - Contagem - MG - CEP: 32.041-280 | Tel. +55 31 3029-5200



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico registro sob o nº 31211543077 em 09/12/2019 da Empresa INOVA TECNOLOGIA EM SERVICOS LTDA, Nire 31211543077 e protocolo 195257685 - 26/11/2019. Autenticação: BF3ED3CF1C8A4BC20B1105A98CAC3258CC5862. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucemg.mg.gov.br> e informe nº do protocolo 19/525.768-5 e o código de segurança Ekyv Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 09/12/2019 por Marinely de Paula Bomfim Secretária-Geral.

MARINELY DE PAULA BOMFIM  
SECRETARIA GERAL

pág. 9/12



# JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Registro Digital

## Documento Principal

### Identificação do Processo

Número do Protocolo	Número do Processo Módulo Integrador	Data
19/525.768-5	MGP1900828991	25/11/2019

### Identificação do(s) Assinante(s)

CPF	Nome
098.942.606-83	GUILHERME KATSUHIKO MOTAI
046.300.976-27	MAYCON ROGER PEREIRA
055.524.676-04	MELISSA TAYARA PEREIRA NIGRI

Junta Comercial do Estado de Minas Gerais





## TERMO DE AUTENTICAÇÃO - REGISTRO DIGITAL

Certifico que o ato, assinado digitalmente, da empresa INOVA TECNOLOGIA EM SERVICOS LTDA, de NIRE 3121154307-7 e protocolado sob o número 19/525.768-5 em 26/11/2019, encontra-se registrado na Junta Comercial sob o número 31211543077, em 09/12/2019. O ato foi deferido digitalmente pelo examinador Edineia Maria de Souza.

Assina o registro, mediante certificado digital, a Secretária-Geral, Marinely de Paula Bomfim. Para sua validação, deverá ser acessado o sitio eletrônico do Portal de Serviços / Validar Documentos (<https://portalservicos.jucemg.mg.gov.br/Portal/pages/imagemProcesso/viaUnica.jsf>) e informar o número de protocolo e chave de segurança.

### Capa de Processo

Assinante(s)	
CPF	Nome
046.300.976-27	MAYCON ROGER PEREIRA

### Documento Principal

Assinante(s)	
CPF	Nome
046.300.976-27	MAYCON ROGER PEREIRA
098.942.606-83	GUILHERME KATSUHIKO MOTAI
055.524.676-04	MELISSA TAYARA PEREIRA NIGRI

Belo Horizonte. segunda-feira, 09 de dezembro de 2019





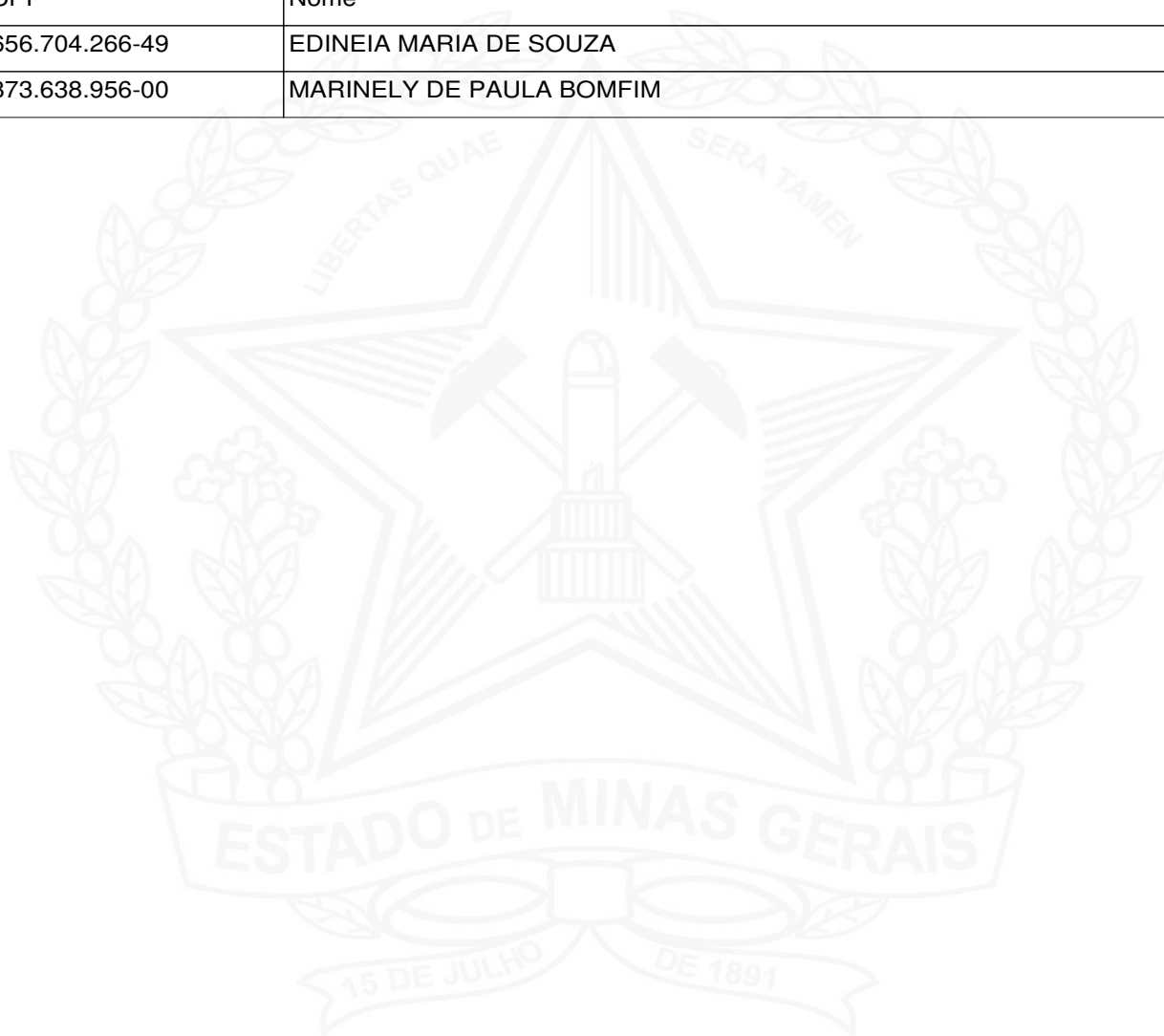


# JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Registro Digital

O ato foi deferido e assinado digitalmente por :

Identificação do(s) Assinante(s)	
CPF	Nome
656.704.266-49	EDINEIA MARIA DE SOUZA
873.638.956-00	MARINELY DE PAULA BOMFIM



Belo Horizonte. segunda-feira, 09 de dezembro de 2019



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico registro sob o nº 31211543077 em 09/12/2019 da Empresa INOVA TECNOLOGIA EM SERVICOS LTDA, Nire 31211543077 e protocolo 195257685 - 26/11/2019. Autenticação: BF3ED3CF1C8A4BC20B1105A98CAC3258CC5862. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucemg.mg.gov.br> e informe nº do protocolo 19/525.768-5 e o código de segurança Ekyv Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 09/12/2019 por Marinely de Paula Bomfim Secretária-Geral.

MARINELY DE PAULA BOMFIM  
SECRETÁRIA-GERAL





REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL  
MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA  
DEPARTAMENTO NACIONAL DE IDENTIFICAÇÃO  
CARTEIRA NACIONAL DE IDENTIFICAÇÃO



MAYCON ROGER PEREIRA

DOC. IDENTIDADE / ORIG. EMISSOR UF

MG7903100 MG

CPF

046.300.976-27

DATA NASCIMENTO

20/01/1981

ILUSTRAÇÃO

MARCIO GERALDO PEREIRA

SUSANA ALVES PERDIGAO PEREIRA

PERMISSÃO

ACC

CAT. IVA

11

VALIDADE

14/07/2025

1ª EMISSÃO

04/01/2000

Nº REGISTRO

01032557966

Observações

EAR:

LOCAL

CONTAGEM, MG

ASSINATURA DO PORTADOR



DATA EMISSÃO

15/07/2020

Kleyerson Rezende  
Diretor DETRAN/MG

22697584368  
MG576608289

ASSINATURA DO EMISSOR



MINAS GERAIS

DEPARTAMENTO NACIONAL DE IDENTIFICAÇÃO

2104980121

PROIBIDO PLASTIFICAR

2104980121

VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL



# CARTÓRIO MOTA

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL  
ESTADO DE MINAS GERAIS  
COMARCA DE CONTAGEM  
TABELIONATO DO 1º OFÍCIO DE NOTAS  
Titular: Bel. Geraldo Nunes da Mota



Tab. Subst.: Bel. Wellington Luiz Gonzaga Mota  
Escreventes Substitutos:  
Bel. Marília Gonzaga Mota;  
Ricardo José de Souza;  
Gustavo Henrique Camargos Moreira



**LIVRO 728**

**TRASLADO**

**FOLHA 122**

Procuração bastante que faz **INOVA TECNOLOGIA EM SERVIÇOS LTDA**, na forma abaixo:

Aos 25/01/2022 (vinte e cinco de janeiro do ano de dois mil e vinte e dois), nesta Serventia do Primeiro Ofício de Notas da cidade e Comarca de Contagem Estado de Minas Gerais, endereço eletrônico: tabelionatomota@tabelionatomota.com.br, lavro a presente procuração, na qual perante mim, Tabelião, compareceu como OUTORGANTE **INOVA TECNOLOGIA EM SERVIÇOS LTDA**, CNPJ/MF 05.208.408/0001-77, estabelecida na Rua Capitã Joaquim da Paixão, 123, sala 102, Bairro Centro, Município de Contagem - MG, com seu Ato de Transformação do Registro de Empresa Individual registrado na Junta Comercial do Estado de Minas Gerais-JUCEMG sob o nº 31211543077 em 09/12/2019, e certidão simplificada atualizada emitida pelo mesmo órgão aos 17/01/2022, neste ato representada pelo sócio/administrador **MAYCON ROGER PEREIRA**, de nacionalidade brasileira, empresário, portador da CNH nº 01032557966 DETRAN/MG, CPF/MF 046.300.976-27, divorciado, residente e domiciliado na Rua Francisco Miguel, 75, Bairro Centro, Município de Contagem - MG, o presente identificado como sendo o próprio de quem trato através da documentação apresentada, que foi conferida com o original, do que dou fé. Então, pelo outorgante me foi dito que por este público instrumento, nomeia e constitui procurador **ELIZABETH DA CONCEIÇÃO SILVA**, de nacionalidade brasileira, administradora, portadora da CNH nº 00478082177 DETRAN/MG, CPF/MF 499.231.026-53, residente e domiciliada na Rua Rio Comprido, 4185, bloco 01, apto 708, Bairro Riacho das Pedras, Município de Contagem - MG, **LORENA GONÇALVES PEREIRA NUNES**, de nacionalidade brasileira, bacharel em direito, portadora da identidade MG17.116.149 SSP/MG, CPF/MF 088.800.926-77, residente e domiciliada na Rua Albert Schwaitzer, 136, Chácaras California, Município de Contagem - MG, e **VANGLEISSA DE SOUZA PEREIRA**, de nacionalidade brasileira, auxiliar comercial, portadora da identidade MG15.143.493 SSP/MG, CPF/MF 081.106.236-89, residente e domiciliada na Rua Virgílio César, 449, Nossa Senhora de Fátima, Município de Contagem - MG, às quais confere poderes para praticar as atividades de cunho administrativo, sendo participar de processos licitatórios em suas diversas modalidades, tais como concorrência, tomada de preços, carta convite, leilão e pregão presenciais e eletrônicos, podendo prestar esclarecimentos, firmar compromissos e obrigações, tomar decisões, receber e dar quitação, renunciar ao direito de recurso ou impugnação, assinar toda a documentação que se fizer necessária, credenciar representante, formular propostas de desempate, formular ofertas e lances de preços, negociar preços diretamente com pregoeiro, além de poder assinar contratos, termos aditivos e distratos, com órgãos públicos, autarquias, fundações, empresas públicas, federais, estaduais e municipais, e em empresas privadas, enfim praticar todos os atos necessários ao fiel cumprimento deste mandato. O presente mandato terá validade de 01 (um) ano a contar desta data,



lhe sendo lido, achou conforme, aceitou, outorgou e assina.  
Eu, (a.) Ricardo José de Souza - Escrevente Autorizado, a  
escrevi e assino - - (a.) MAYCON ROGER PEREIRA "TRASLADADO  
EM SEGUIDA. Eu,  
(Ricardo José de Souza - Escrevente Autorizado), trasladei o  
presente instrumento, que conferi e assino em público e raso.  
Em Ttº. da verdade,

(Ricardo José de Souza - Escrevente Autorizado)

PASTA 3/117545

COTAÇÃO DE EMOLUMENTOS E TAXAS:

Código	Atos	Emol unit	Tfj unit	Emolumentos	TFJ	Issqn	Soma
1458-9	1	136,91	43,03	6,46	136,91	43,03	6,46
186,40							
8101-8	15	8,42	2,64	0,40	126,30	39,60	6,00
171,90							

Total Emolumentos: 263,21; - Total TJF: 82,63 Total Issqn: 12,46; - Soma - 358,30

Poder Judiciário - TJMG - Corregedoria - Geral de Justiça  
Serviço do 1º Ofício de Notas de Contagem - MG

Selo eletrônico nº FCP57344

Cod. Segurança 9404928044963462

ATOS	EMOL	TJF	ISSQN	Vr. Final
16	263,21	82,63	12,46	358,30



Consulte a validade deste selo no site <http://selos.tjmg.jus.br>

PROIBIDO PLASTIFICAR

VÁLIDA EM TODO  
O TERRITÓRIO NACIONAL

1665837838

1665837838

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL  
MINISTÉRIO NACIONAL DE TRANSPORTES  
SECRETARIA NACIONAL DE TRANSPORTES  
ELIZABETH DA CONCEICAO SILVA

DOC. IDENTIFIC. / ORIG. EMISSOR: RFB  
M3614615 SSP RJ

CPF: 199.231.026-53 DATA DE EMISSÃO: 07/12/1966

RENOMEADO  
SEBASTIAO AFONSO DA  
SILVA  
ROSARIA DE JESUS SILVA

PERMISSÃO: ACC CATIA

VALIDADE: 19/10/2023 1ª VALIDADE: 30/12/1993



Nº REGISTRO: 00478082177

Observações

ASSINATURA DO PORTADOR

DATA FIM DO  
20/10/2018

LOCAL: SABARA, MG  
Assinatura: Alexandre Amaro da Motta  
Diretor DE TRAN/MG  
90521259153  
MG542733838

ASSINATURA DO EMISSOR

MINAS GERAIS





TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

**MANIFESTAÇÃO - PRE/DG/SGA/NUP****PROCESSO :** 0003605-94.2022.6.05.8000**ASSUNTO :** Manifestação à impugnação contra o Edital 30/2022 (contratação de serviços terceirizados de apoio administrativo e operacional à realização das Eleições 2022)**MANIFESTAÇÃO À IMPUGNAÇÃO**

1. Em 23 de junho de 2022, a **INOVA TECNOLOGIA EM SERVIÇOS LTDA.** encaminhou, ao e-mail da Seção de Licitações (doc. 1984590), impugnação ao Edital 30/2022 (contratação de serviços terceirizados de apoio administrativo e operacional à realização das Eleições 2022).

2. A licitação está agendada para dia 29.06.2022, às 15h, sendo que a impugnação foi encaminhada em 23 de junho de 2022, data na qual, juntamente com o dia 24 de junho de 2022, não houve expediente no órgão, por conta do feriado junino. Desse modo, o prazo se encerrou em 22 de junho de 2022, de acordo com a Condição 18.3 do Edital, que disciplina: “*Até 03 (três) úteis antes da data estabelecida para abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar o ato convocatório do pregão*”.

2.1. Com efeito, o art. 110 da Lei 8.666/93 rege que, na contagem dos prazos estabelecidos na Lei de Licitação, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento, e considerar-se-ão os dias consecutivos, exceto quando for explicitamente disposto em contrário. Já o parágrafo único da aludida norma dispõe que só se iniciam e vencem os prazos em dia de expediente no órgão ou na entidade.

2.2. Em que pese a intempestividade, obedecendo aos princípios de Direito Administrativo, sobretudo o da autotutela, passaremos ao exame da peça de irresignação.

3. Insurge-se a impugnante contra o percentual previsto no item 5.2, alínea “a”, do Termo de Referência, que foi reproduzido na Condição 12.1.7, alínea “a”, do Edital, estabelecendo nestes termos:

**12.1.7. Qualificação técnica:**

*Atestado(s) e/ou declaração(ões) de capacidade técnica, expedido(s) por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado, em nome da licitante, que comprove(m) aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características e quantidades com o objeto desta licitação, assim entendida a que demonstra que a licitante gerencia ou gerenciou serviços terceirizados,*

*com, no mínimo, 10% (dez por cento) do número de empregados que serão necessários para suprir os postos contratados em decorrência desta licitação.*

4. Alega que foi descumprida a IN 05/2017, pois essa estipula que o atestado de capacidade técnica deve comprovar que a licitante administra ou administrou serviços terceirizados, com, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) do número de empregados que serão necessários para suprir os postos a serem contratados.

5. Nas palavras da impugnante “o Edital ao exigir um percentual inferior ao determinado pela Instrução Normativa N.º 5, de 26/05/2017, a que o próprio Edital de subordina, caracteriza-se uma **VIOLAÇÃO ÀS NORMAS REGULAMENTADORAS** que regem os procedimentos de contratação de serviços sob o regime de execução indireto (sic) no âmbito da Administração Pública, e mais, atingem flagrantemente os Princípios Constitucionais da Legalidade, pois desobedece a ordenamento legal cujo acatamento é obrigatório”. Ao final, requer a alteração do instrumento convocatório e do termo de referência para considerar o percentual de 50%.

É o relatório.

6. Segundo o inciso II do art. 30 da Lei nº 8.666/93, a documentação relativa à qualificação técnica limitar-se-á a comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação. Assim, a empresa deve comprovar que possui condições mínimas suficientes para executar a prestação objeto da contratação, segundo condições objetivas previstas em edital, devendo ser considerados os prazos para a execução do contrato, o grau de complexidade do serviço, evitando-se exigências de qualificação técnica que restrinjam a competitividade, sem uma justificativa plausível.

7. A Instrução Normativa n.º 5/2017 é um ato normativo infralegal, que orienta a Administração no sentido de se buscar maior eficiência nas contratações de serviços terceirizados com cessão de mão de obra, devendo ser aplicada em observância à Lei de Licitação e respeitando os princípios da Administração Pública. Por conseguinte, a depender do objeto licitado e demais condições previstas no instrumento convocatório, suas recomendações podem se mostrar ilegais, irrazoáveis e desproporcionais, como bem vem decidindo o Tribunal de Contas da União em seus julgados, de acordo com a peculiaridade de cada contratação.

7.1. Vejamos o que consta no Anexo II, item 10.6, “c.1”, da IN 5/2017:

*10.6. Na contratação de serviço continuado, para efeito de qualificação técnico-operacional, a Administração **poderá** exigir do licitante:*

*(...)*

*c) no caso de contratação de serviços por postos de trabalho:*

*c.1. quando o número de postos de trabalho a ser contratado for superior a 40 (quarenta) postos, o licitante deverá comprovar que tenha executado contrato(s) com um mínimo de 50% (cinquenta por cento) do número de postos de trabalho a serem contratados;*

*(...)*

(GRIFO NOSSO)



8. No caso em tela, considerando a natureza da prestação do serviço e não se tratando de contratação que irá se prolongar, prevista apenas para um curto espaço de tempo (Eleições 2022), a exigência de 50% poderia ser excessiva. Ademais, considerando as demais exigências do Edital, o interesse da Administração está resguardando, sem ferir a ampla competitividade do certame, tendo sido exigida a experiência mínima na prestação de serviços terceirizados, além de capital circulante líquido de 16,66% e demais índices financeiros.

9. Do exposto, conhecemos da impugnação interposta pela empresa **INOVA TECNOLOGIA EM SERVIÇOS LTDA.**, e, no mérito, manifestamo-nos pelo **NÃO ACOLHIMENTO** das razões e do requerimento da impugnante, com base nos fundamentos apresentados, devendo ser mantido, salvo melhor juízo, em todos os seus termos, o Edital do Pregão Eletrônico 30/2022.

10. É a manifestação da Seção de Licitações e do Núcleo do Pregoeiro, devendo ser submetida à decisão da Diretoria Geral deste Tribunal, conforme previsto na condição 18.5 do Edital.

Milena Austregésilo Herêda  
Chefe da Selic/ membro do Núcleo de Pregoeiros



Documento assinado eletronicamente por **Milena Austregésilo Herêda**, **Analista Judiciário**, em 26/06/2022, às 21:49, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://sei.tre-ba.jus.br/autenticar> informando o código verificador **1984591** e o código CRC **18143637**.



## TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

1ª Av. do Centro Administrativo da Bahia, 150 - Bairro CAB - CEP 41.745-901 - Salvador - BA - <http://www.tre-ba.jus.br/>

**PROCESSO** : 0003605-94.2022.6.05.8000  
**INTERESSADO** : INOVA/NUP  
**ASSUNTO** : Impugnação. Pregão nº 30/2022.

**PARECER nº 453 / 2022 - PRE/DG/ASJUR**

1. Chegam os autos a esta Assessoria Jurídica de Licitações e Contratos e Questões Administrativas, albergando impugnação apresentada pela empresa INOVA TECNOLOGIA EM SERVIÇOS LTDA (doc. nº 1984590), versando sobre o quesito *qualificação técnica*, ao tempo em que pugna pela alteração da condição 12.1.7, "a", do edital do Pregão nº 30/2022, argumentando, em síntese, que a exigência está subdimensionada, vez que limita-se à comprovação de que as licitantes tenham gerenciado serviços terceirizados, com, no mínimo, 10% (dez por cento) do número de empregados que serão necessários para suprir os postos objeto da contratação em pauta. Neste ponto, ressalta que a contratação implicará na alocação de um total de 1.455 (um mil, quatrocentos e cinquenta e cinco) colaboradores.

1.1. Trazendo à baila disposições da Lei nº 8.666/93 e da IN nº 05/2017, entende a impugnante, em suma, que o edital viola as normas regulamentadoras, ao aceitar percentual inferior a 50% do número de postos a serem contratados, inferindo, neste diapasão, que a Administração estará permitindo a concorrência de "*empresas licitantes insuficientes*" em atender ao objeto do Pregão nº 30/2022.

1.2. Solicita, assim, a retificação da condição 12.1.7, "a", para que no edital passe a constar "*o percentual mínimo de 50%, em conformidade com o art. 10.6, alínea 'c.1' da Instrução Normativa Nº. 5 de 26/05/2017*", promovendo-se, por consequência a obrigatoria republicação do certame.

2. Por seu turno, a Pregoeira, após esclarecer do recebimento da peça, ainda que intempestiva, manifestou-se pela total rejeição, arguindo (doc. nº 1984591):

"6. Segundo o inciso II do art. 30 da Lei nº 8.666/93, a documentação relativa à qualificação técnica limitar-se-á a comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação. Assim, a empresa deve comprovar que possui condições mínimas suficientes para executar a prestação objeto da contratação, segundo condições objetivas previstas em edital, devendo ser considerados os prazos para a execução do contrato, o grau de complexidade do serviço, evitando-se exigências de qualificação técnica que restrinjam a competitividade, sem uma justificativa plausível.

7. A Instrução Normativa n.º 5/2017 é um ato normativo infralegal, que orienta a Administração no sentido de se buscar maior eficiência nas contratações de serviços terceirizados com cessão de mão de obra, devendo ser aplicada em observância à Lei de Licitação e respeitando os princípios da Administração Pública. Por conseguinte, a depender do objeto licitado e demais condições previstas no instrumento convocatório, suas recomendações podem se mostrar ilegais, irrazoáveis e desproporcionais, como bem vem decidindo o Tribunal de Contas da União em seus julgados, de acordo com a peculiaridade de cada contratação.

7.1. Vejamos o que consta no Anexo II, item 10.6, "c.1", da IN 5/2017:

*10.6. Na contratação de serviço continuado, para efeito de qualificação técnico-operacional, a Administração **poderá** exigir do licitante:*

*(...)*

*c) no caso de contratação de serviços por postos de trabalho:*

*c.1. quando o número de postos de trabalho a ser contratado for superior a 40 (quarenta) postos, o licitante deverá comprovar que tenha executado contrato(s) com um mínimo de 50% (cinquenta por cento) do número de postos de trabalho a serem contratados;*

*(...)*

(GRIFO NOSSO)

8. No caso em tela, considerando a natureza da prestação do serviço e não se tratando de contratação que irá se prolongar, prevista apenas para um curto espaço de tempo (Eleições 2022), a exigência de 50% poderia ser excessiva. Ademais, considerando as demais exigências do Edital, o interesse da Administração está resguardando, sem ferir a ampla competitividade do certame, tendo sido exigida a

experiência mínima na prestação de serviços terceirizados, além de capital circulante líquido de 16,66% e demais índices financeiros."

É o breve relatório.

3. Decerto, a condição do edital, ora impugnada, traz:

"12.1.7. Qualificação técnica:

a) Atestado(s) e/ou declaração(ões) de capacidade técnica, expedido(s) por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado, em nome da licitante, que comprove(m) aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características e quantidades com o objeto desta licitação, assim entendida a que demonstra que a licitante gerencia ou gerenciou serviços terceirizados, com, no mínimo, **10% (dez por cento)** do número de empregados que serão necessários para suprir os postos contratados em decorrência desta licitação;"

(grifo original)

4. Em verdade, *in casu*, a adoção de percentual inferior a 50%, usualmente adotado na contratação de serviços contínuos, como forma de evitar que a Administração acabe por contratar empresas incapazes de gerir pessoal por espaço de tempo considerável (máximo de 60 meses, como regra), decorreu de recomendação exarada por esta unidade consultiva, ao ponderar, na primeira análise da minuta editalícia (Parecer nº 280/2022 - doc. nº 1920563):

"8.15. No que tange à qualificação técnica, convém que a SEAD se manifeste a respeito da razoabilidade/proporcionalidade da exigência de comprovação de gerenciamento de serviços terceirizados com, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) do número de empregados necessários para suprir os postos contratados em decorrência da licitação (tópico 5.2, "a"). Isto porque a recomendação constante da IN nº 05/2017/SEGES (norma inspirada no Acórdão TCU nº 1.214/2013 – Plenário) tem por premissa a contratação de serviços contínuos, cuja duração pode se estender por até 60 (sessenta meses). No caso em tela, o ajuste terá curto prazo (os postos atuarão entre 15/08 e 31/10, período de 78 dias), envolvendo um enorme contingente de pessoas (50% do total corresponde 727 pessoas)."

(grifos atuais)

4.1. Ou seja, à luz de nossas ponderações, permitiu-se à área demandante a necessária reflexão e alteração, elegendo-se, ao final, o percentual de 10%, o que significa dizer, entendeu-se razoável e necessário a aferição da capacidade da licitante a partir da comprovada *expertise* em gerir um total de 145 postos de trabalho, aproximadamente.

4.2. Cumpre lembrar, neste ponto, que, não raro, o TCU tem se posicionado de modo desfavorável a condições editalícias que limitem de forma desnecessária a competição, inserindo-se, nesse contexto, exigências que vão além da segurança mínima que se almeja nas contratações públicas.

4.3. A propósito, cabe ressaltar que no mesmo Acórdão nº 1.214/2013 – TCU – Plenário, citado no Parecer nº 280/2022, foram feitas algumas ponderações acerca do que seria razoável se exigir, no particular, a fim de bem caracterizar a capacidade das licitantes em gerenciar contratos de serviços contínuos.

4.3.1. Ali se afirma da capacidade técnica das licitantes ser demonstrada mediante o efetivo gerenciamento de 20 postos de trabalho, aumentando-se tal quantitativo, e chegando-se à admissão do percentual de 50%, quando a Administração estiver diante de contratação contínua, com número de postos acima de 40 (quarenta). Ou seja, mesmo para os serviços contínuos que se prolonguem até o máximo de 60 meses de vigência, a expertise em gerir 20 postos de trabalho, a princípio, estaria apta a demonstrar a capacidade técnica da empresa, nos termos ponderados pela Corte de Contas<sup>1</sup>.

5. Ante o exposto, e indo ao encontro da acertada manifestação da Pregoeira (doc. nº 1984591), opinamos pela rejeição da Impugnação trazida pela empresa INOVA TECNOLOGIA EM SERVIÇOS LTDA (doc. nº 1984590), mantendo-se, consequentemente, a condição 12.1.7, "a", do edital do Pregão nº 30/2022, tal qual foi publicada, e, de igual modo, todas as demais condições vistas no referido ato convocatório.

É o parecer, *sub censura*.

À ASSESD.

1. "120. Ademais, é pertinente alertar que, ainda que entendido que o mínimo de 20 postos é o número adequado para comprovar que a empresa tem capacidade em gerenciar pessoas, portanto apta a prestar serviços de natureza continuada, não se trata de determinação, mas tão somente de uma recomendação a ser seguida, haja vista que, a depender das peculiaridades do local onde será realizada a licitação, essa exigência poderá até mesmo impossibilitar a contratação do serviço pretendido."



Documento assinado eletronicamente por **Silene Mascarenhas de Souza, Assessor**, em 28/06/2022, às 14:27, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://sei.tre-ba.jus.br/autenticar> informando o código verificador **1986062** e o código CRC **B062055E**.







## TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

1ª Av. do Centro Administrativo da Bahia, 150 - Bairro CAB - CEP 41.745-901 - Salvador - BA - <http://www.tre-ba.jus.br/>

**PROCESSO** : 0003605-94.2022.6.05.8000  
**INTERESSADO** : SEAD  
**ASSUNTO** : Contratação de empresa especializada para prestação de serviços terceirizados de apoio administrativo e operacional à realização das Eleições 2022.

**DECISÃO nº 1986790 / 2022 - PRE/DG/ASSED**

Tramitam os autos para apreciação de impugnação ao Edital do Pregão Eletrônico n.º 30/2022, que tem por objeto a contratação de empresa especializada para prestação de serviços terceirizados de apoio administrativo e operacional à realização das Eleições 2022.

A Pregoeira acostou sua manifestação aos autos no documento n.º 1984591, sustentando seus argumentos, decidindo pelo não acolhimento do pedido e pela manutenção do edital, tal qual foi originalmente publicado, consoante trecho em destaque:

(...)

8. No caso em tela, considerando a natureza da prestação do serviço e não se tratando de contratação que irá se prolongar, prevista apenas para um curto espaço de tempo (Eleições 2022), a exigência de 50% poderia ser excessiva. Ademais, considerando as demais exigências do Edital, o interesse da Administração está resguardando, sem ferir a ampla competitividade do certame, tendo sido exigida a experiência mínima na prestação de serviços terceirizados, além de capital circulante líquido de 16,66% e demais índices financeiros.

9. Do exposto, conhecemos da impugnação interposta pela empresa **INOVA TECNOLOGIA EM SERVIÇOS LTDA.**, e, no mérito, manifestamo-nos pelo **NÃO ACOLHIMENTO** das razões e do requerimento da impugnante, com base nos fundamentos apresentados, devendo ser mantido, salvo melhor juízo, em todos os seus termos, o Edital do Pregão Eletrônico 30/2022.

(...)

Instada, a Assessoria Jurídica de Licitações e Contratos e Questões Administrativas da Diretoria-Geral-ASJUR se pronunciou no Parecer n.º 453 (doc. n.º 1986062), opinando pela rejeição da impugnação, conforme trecho a seguir transcrito:

(...)

4.2. Cumpre lembrar, neste ponto, que, não raro, o TCU tem se posicionado de modo desfavorável a condições editalícias que limitem de forma desnecessária a competição, inserindo-se, nesse contexto, exigências que vão além da segurança mínima que se almeja nas contratações públicas.

4.3. A propósito, cabe ressaltar que no mesmo Acórdão nº 1.214/2013 – TCU – Plenário, citado no Parecer nº 280/2022, foram feitas algumas ponderações

acerca do que seria razoável se exigir, no particular, a fim de bem caracterizar a capacidade das licitantes em gerenciar contratos de serviços contínuos.

4.3.1. Ali se afirma da capacidade técnica das licitantes ser demonstrada mediante o efetivo gerenciamento de 20 postos de trabalho, aumentando-se tal quantitativo, e chegando-se à admissão do percentual de 50%, quando a Administração estiver diante de contratação contínua, com número de postos acima de 40 (quarenta). Ou seja, mesmo para os serviços contínuos que se prolonguem até o máximo de 60 meses de vigência, a expertise em gerir 20 postos de trabalho, a princípio, estaria apta a demonstrar a capacidade técnica da empresa, nos termos ponderados pela Corte de Contas<sup>1</sup>.

5. Ante o exposto, e indo ao encontro da acertada manifestação da Pregoeira (doc. nº 1984591), opinamos pela rejeição da Impugnação trazida pela empresa INOVA TECNOLOGIA EM SERVIÇOS LTDA (doc. nº 1984590), mantendo-se, consequentemente, a condição 12.1.7, "a", do edital do Pregão nº 30/2022, tal qual foi publicada, e, de igual modo, todas as demais condições vistas no referido ato convocatório.

Desta forma, lastreado no Parecer nº 453 da ASJUR, documento nº 1986062, cujos fundamentos adoto e que passam a integrar a presente decisão, e com base nas atribuições do art. 123, da Resolução Administrativa TRE/BA nº 04/2021, **julgo improcedente** a impugnação formulada pela empresa INOVA TECNOLOGIA EM SERVIÇOS LTDA (doc. nº 1984590).

Por conseguinte, determino o prosseguimento da licitação nos termos do Edital nº 30/2022.

Deste modo, encaminhe-se ao Núcleo de Pregoeiros (NUP), para as providências devidas, inclusive notificar a impugnante da decisão proferida.

**RAIMUNDO VIEIRA**

Diretor-Geral



Documento assinado eletronicamente por **Raimundo de Campos Vieira, Diretor Geral**, em 28/06/2022, às 15:20, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://sei.tre-ba.jus.br/autenticar> informando o código verificador **1986790** e o código CRC **E140E27F**.

Assunto Re: DO PEDIDO DE IMPUGNAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 30/2022 - TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

De Milena Austregésilo Herêda <mahereda@tre-ba.jus.br>

Para Milena Austregésilo Herêda <mahereda@tre-ba.jus.br>, Vangleissa - Grupo Inova BPO <vangleissa@inovatecnologia.com>

Cc selic <selic@tre-ba.jus.br>, comercial@inovatecnologia.com <comercial@inovatecnologia.com>

Data terça-feira 28 de junho de 2022 17:14:32

Prezada Licitante,

O TRE-BA notifica Vossa Senhoria da decisão referente à impugnação ao Edital do Pregão Eletrônico n.º 30/2022, que tem por objeto a contratação de empresa especializada para prestação de serviços terceirizados de apoio administrativo e operacional à realização das Eleições 2022.

Lastreado no Parecer n.º 453 da ASJUR, a Administração **julgou improcedente** a impugnação formulada pela empresa INOVA TECNOLOGIA EM SERVIÇOS LTDA (doc. nº [1984590](#)), determinando o prosseguimento da licitação nos termos do Edital n.º 30/202.

Decisão e Parecer anexos.

Atenciosamente,

Milena Austregésilo Herêda  
Analista Judiciário | SELIC  
Núcleo de Pregoeiros

**De:** Milena <mahereda@tre-ba.jus.br>

**Para:** Vangleissa <vangleissa@inovatecnologia.com>

**Cc:** selic <selic@tre-ba.jus.br>; comercial <comercial@inovatecnologia.com>

**Data:** segunda-feira, 27 de junho de 2022 às 13:39 -03

**Assunto:** Re: DO PEDIDO DE IMPUGNAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 30/2022 - TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

Prezada Empresa Licitante,

Acusamos o recebimento da impugnação, estando sob análise da Administração.

Assim que houver decisão, mandaremos os arquivos por e-mail e divulgaremos no Portal de Compras do Governo Federal ([www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras)).

Atenciosamente,

Milena Austregésilo Herêda  
Analista Judiciário | SELIC  
(71) 3373-7318

**De:** "Vangleissa - Grupo Inova BPO" <vangleissa@inovatecnologia.com>  
**Para:** "selic" <selic@tre-ba.jus.br>  
**Cc:** comercial@inovatecnologia.com  
**Enviadas:** Quinta-feira, 23 de junho de 2022 16:24:43  
**Assunto:** DO PEDIDO DE IMPUGNAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 30/2022 - TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

**Favor confirmar o recebimento deste e-mail.**

Ilustríssimo sr. pregoeiro e equipe de apoio,

Boa tarde!

A INOVA TECNOLOGIA EM SERVIÇOS LTDA., pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 05.208.408/0001-77, sediada na Rua Capitão Antônio Joaquim da Paixão, nº 123, salas 101, Centro, Contagem, MG, CEP: 32041-230, vem respeitosamente, apresentar IMPUGNAÇÃO AO EDITAL pelos fatos e fundamentos a seguir articulados no documento em anexo.

Desde já agradeço a atenção e fico no aguardo de um retorno.

Atenciosamente,



**Vangleissa de Souza**

**Assistente Comercial**

(31) 3351-4651

[vangleissa@inovatecnologia.com](mailto:vangleissa@inovatecnologia.com)

[www.grupoinovabpo.com.br](http://www.grupoinovabpo.com.br)



---

Anexos

SEI\_TRE-BA - 1986062 - PARECER.pdf (212 kB)

SEI\_TRE-BA - 1986790 - DECISÃO.pdf (166 kB)